

**A**í está uma pergunta como aquela do filósofo questionando o sentido da vida; ou do poeta Affonso Romano de Sant'Anna querendo saber "que País é esse?". E, no entanto, as respostas para essas grandes questões são possíveis, sobretudo quando conseguimos relacioná-las. O sentido da vida liga-se imediatamente aos valores essenciais da tradição, sem os quais a existência perde o sentido enquanto algo humano e digno de ser suportável; ou seja: a morte está dialeticamente ligada à vida e às possibilidades de sobreviver e são essas as questões mais básicas que muitas comunidades tribais colocam hoje, agora, diante de nós: a questão de poderem manter suas tradições pela garantia de suas terras e, com isso, as possibilidades de sobreviver dentro de uma sociedade mais poderosa que sistematicamente tem delas tirado tudo.

A indagação do poeta, por outro lado, cria um elo indissociável entre nós e esses que teimamos em chamar de "índios", nome genérico por trás do qual conseguimos ocultar e retardar o resgate, em sua concretude e humanidade, dessas sociedades que habitando por acaso o nosso território teriam o direito de ter toda a atenção do Governo e não esse tratamento como refugio humano, como se nascer "índio" fosse ser um problema num país com um território imenso e meios de criar riqueza para todos.

A reforçar esse argumento, solicito que o leitor confira pelos jornais essas discussões do Seminário sobre o "pólo Noroeste" ou a nova fronteira "centro oeste", tão estusiastamente apreciada nas suas potencialidades econômicas por governadores e ministros de Estado, homens de negócios e de empresas e no qual simplesmente não se falou e em nenhum momento se apresentou a região como tendo sociedades tribais e qual seria o seu espaço nestas imensas inversões de capital que ali se deseja realizar. Ou seja: esse é também o país onde "índio" continua sendo capa de lata de biscoito, sujeito de poesia bonita, alvo de um romantismo ultrapassado como os últimos dos inocentes. Há um projeto literário, jornalístico e estético para os índios e suas almas. Só não há para eles um lugar concreto dentro da estrutura social brasileira!



Falar em índio é falar em operário.

Esse descer das nuvens sempre me aparece como um problema básico na questão indígena em nosso país. Para saber, então, por que os índios matam é preciso inicialmente colocar entre aspas bem claras esse nome desgraçado e genérico "índio". E fazendo isso passar ao estudo de situações concretas onde existam as maiores pressões em cima destas coletividades. Será preciso falar em Gorotire, em Xavante, em Xikrin, em Marubo, em Yoanomamo, em Terêna, em Urubu, e assim sucessivamente, já que cada uma dessas sociedades invoca uma situação de contato em suas determinações específicas e cada uma delas revela a seu modo essa tragédia que foi (e ainda é) desenvolver táticas de sobrevivência dentro de nossa sociedade.

Falar em índio genericamente é como falar em "operário" ou em "negro escravo" sem especificações. Esquecendo que a luta de um e do outro lado sempre implicou distinguir contextos e situações especiais que permitam ou impedem certos movimentos ou decisões. Pode o operário norte-americano da indústria de construção civil ser realmente colocado na mesma categoria do "operário" da região do ABC paulista ou do operariado russo?

E poderia ser visto como um "negro genérico" todas as categorias de homens de cor que, no Brasil Colonial e Imperial, ocupavam uma enorme variedade de posições sociais? Uma cena inesquecível de um livro de Machado de Assis mostra um ex-escravo recém-liberto, castigando seu próprio escravo! Ou seja: o uso indiscriminado de categorias genéricas pode ser um requintado recurso a esconder situações diferenciadas. Por outro lado, o uso e abuso das categorias genéricas tem também a função de salvar consciências, como se pode ver em certas rodas sociais onde se fala do "pobre operário", do "pobre negro" e do "pobre índio", mas com o papo regado a excelente usque estrangeiro e comida de alta qualidade. A despeito do discurso produzido ser quase sempre de caráter "revolucionário", e as palavras geralmente muito duras, uma vez exorcizado o peso na consciência, a busca de soluções fica para o outro dia. Trata-se daquilo que os ingleses e norte-americanos chamavam de "radical chic". E hoje em dia contam-se nos dedos quem não faria parte desta categoria, tal como nos tempos Imperiais os donos das fazendas de café defendiam a liberdade dos "negros escravos" e escreviam poesias permeadas de motivos indígenas, mas exploravam diariamente negros e índios que viviam concretamente em seus latifúndios. Hoje, fere-me a consciência ouvir falar em "classes oprimidas" e "índios" quando quem nos serve, a mesa é uma negra ou uma cafusa! Mas esse é o nosso país.

Se fazer política é, está óbvio, pensar em soluções globais ou, como diz Fernando Henrique Cardoso, realizar uma travessia, a atividade pressupõe necessariamente a aventura de conhecer especificamente a sociedade em suas contradições, paradoxos e criatividade. Sob pena de traçarmos planos no ar, produzirmos um discurso radical e lírico e, pior ainda, não encaminharmos nenhuma solução para certas situações específicas; a não ser repetirmos o que já sabemos muito bem: que o "índio" está morrendo — o que nestes casos mais recentes vem apresentar um certo embaraço, sobretudo para os que falam como donos da realidade tribal brasileira e teimam em reproduzir a farsa do índio fagueiro e dono da natureza, conhecedor das matas e das mulheres, dos frutos silvestres e dos animais, como se ser "índio" fosse antes de tudo pertencer a *jeunesse dorée* da PUC, fazer curso pós-graduado em Paris, frequentar os melhores bares do baixo Leblon, saber das últimas e, evidentemente, medir a vida pelo barato que é ser um hedonista!

Mas a realidade tribal conhecida em detalhe é muito outra, pela variedade das situações tribais com suas normas e instituições. Se os índios são parte disso que se convencionou chamar de "primeiras sociedades de abundância", é preciso não esquecer que lá também existe uma sociedade com seus requisitos inevitáveis: formas de poder, conflitos, paradoxos e contradições políticas e filosóficas sérias. É precisamente isso que seria preciso saber para poder projetar uma política séria junto a essas comunidades, mas contam-se nos dedos os estudos antropológicos (sobretudo aqueles realizados por etnólogos brasileiros), onde se discute ultrapassando os lugares comuns e a visão do "índio inocente e puro" "que vive na Idade da Pedra", "que não tem política".



Que fazer com os índios?

Porque, no fundo, a questão é uma só. A resistência ao estudo detalhado

das sociedades tribais em seu conhecimento monográfico corre em paralelo à resistência enorme de uma sociedade como a nossa, onde o inclusivo é dominante e onde é sempre mais fácil ser radical nos termos das categorias gerais. Dito de outro modo, o problema é o seguinte: trata-se precisamente do que fazer com esses "índios"? O que fazer com essas coletividades tão diferentes numa sociedade como a nossa, que só acha lugar para o que já está arrumado e hierarquicamente articulado? Como, então, abrir um espaço para sociedades inteiras, com milhares de pessoas que querem viver um estilo de vida radicalmente diferente do nosso, num país que basta dois antropólogos pensarem de modo diverso sobre um mesmo assunto para que um ataque o outro como alienado e idiota? Se não há lugar para a divergência entre nós mesmos, no mundo supostamente civilizado da universidade, do parlamento, da política, da economia e da religião, como é que vamos conseguir um lugar para esses Gorotire, Krahe, Tembê, Guajajara, Xikrin e tantos outros cujos nomes escrevemos sempre com letras minúsculas em nossos jornais e revistas? Haverá mesmo um lugar para eles que não seja o fundo fétido e escuro deste poço reservado aos estrangeiros miseráveis que não falam a nossa língua e comungam dos nossos valores e, além do mais, são também diferenciados entre eles mesmos?

Estou convencido que para entender porque os índios matam é preciso descobrir as nossas sistemáticas tentativas para destruir a diversidade política e social — ainda que isso seja sempre realizado em nome dos mais altos ideais e tendo como escudo a religião, a "revolução", ou a mais elaborada ideologia. Seja atacando sempre tudo o que é original e foge à regra das normas dominantes; seja pelo fechamento dos espaços por onde o diferente, o individual e, conseqüentemente, o conflito aberto possa penetrar e ser elaborado de modo parlamentar. Isto é, sem que se chegue ao recurso tão comum e cotidiano da censura (que parece mudar apenas de posição entre nós); da prisão, das acusações e todas essas formas de coerção violenta e ilegítima que lembram os velhos tempos das Inquisições que ainda nos visitam ou aqui estão para ficar... Que a diversidade seja o alvo de um grupo de militares reacionários eu admito; que ela também seja um ideal de todas as facções sociais que politicamente lutam pelo controle do chamado "poder", eu, por força de minha experiência pessoal, começo tristemente a ter que acreditar. Afinal, faço questão de continuar a crer que política é mais do que cinismo e que por trás da malandragem deve haver uma ética.

Assim, se nós — antropólogos — nos xingamos quando nos percebemos como diferentes, e atacamos o trabalho que bem ou mal estamos buscando em vários níveis e com muitas motivações e objetivos realizar, o que fazemos os fazendeiros, donos de castanhal, seringalistas e empresários que agora florescem no nosso capitalismo selvagem e têm milhões investidos em terras indígenas que a indigência da Funai e do Ministério do Interior até agora não buscou realmente defender? Ora, eles simplesmente tiroteiam ou ameaçam os grupos tribais que estão no seu caminho e impedem a extração dos seus altos lucros.

Jamais poderei me esquecer de um dono de castanhal que, em 1961, me repetia empolgado, em Marabá, como o "negócio de castanha" (leia-se roubo do castanheiro pelo sistema do barracão) era de dar lucros de 400%! Imaginem agora com todo o sistema operando com o óleo do parentesco, do compadrio, da censura e da tecnologia! Devem ser lucros altíssimos, sobretudo quando a terra é boa e pertence a esses "estrangeiros" miseráveis



O ANTRÓPOLOGO, AUTOR DE "CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS" RESPONDE E EXPLICA!

# Por que os índios matam?

Roberto da Matta

que não têm nenhuma representatividade no sistema nacional. E mais: nenhum projeto sério para que tal representatividade possa ultrapassar o plano das pressões de jornal, de grupos privados e associações profissionais. O fato concreto, a juntar-se a esse terror pelo diferente e pelo conflito que ele necessariamente carrega, é que não há na sociedade nacional brasileira um projeto para o índio. Como não há nenhum projeto para nenhuma minoria que o analfabetismo, a doença, o isolamento e a exploração (sob todas as suas formas), condenam ao mortal silêncio dos renegados e párias deste mundo.



A FUNAI está falida

Penso, pois, que uma das faces mais fundamentais deste problema é o da diversidade numa sociedade que tudo hierarquiza pela força ou pela lei e que está profundamente convencida de que o diverso é o demônio da vida política, o fantasma que todo o governo tem e deve exorcizar a qualquer preço. Temo mesmo que eliminar a diversidade seja, no fundo, o que entendemos por "fazer política". A outra face nos fala do fato do "índio" ser um estrangeiro sem defesa dentro da nação brasileira. Ou seja, temos aqui comunidades que efetivamente selecionam (como jamais coloca explicitamente um grupo de imigrantes defendido pelo seu país) aquilo que desejam de nós. E mais: por terem tido um processo evolutivo muito diferente do



nosso, voltado para dentro e não para fora, como o nosso, que foi no sentido de um controle destrutivo da natureza pela explosão conflituosa da sociedade; essas sociedades tribais possuem uma enorme e perturbadora independência junto aos nossos valores mais profundos. Como já dizia Montaigne, são "bárbaros"; nome que me soa bem melhor do que "índio", sobretudo quando eu observo o nome sendo contemporaneamente utilizado para tudo o que é brutal e indigno. Nesta perspectiva, cabe indagar por que os setores mais progressistas do Congresso Nacional, por exemplo, ainda não realizaram nenhum projeto para as comunidades tribais brasileiras.

E, suponho, um tal projeto é hoje mais do que necessário. Não, é claro, um plano apressado e sob o controle dos segmentos que mais lutam contra o índio; ou sob o comando exclusivo da Funai que, atualmente, como parece reconhecer o próprio Governo federal, está efetivamente falida como instituição. Mas como uma "carta de direitos" que implique a mobilização dos setores mais responsáveis de nossas casas legislativas em todos os seus níveis, no sentido de criarem para as sociedades tribais uma representação real, autêntica e efetivamente concreta — enquanto sociedades — em todos os planos administrativos e sociais: do município ao estado e à própria Nação. Acredito que parte da crise da sociedade brasileira contemporânea é uma crise desencadeada pela tentativa e luta de passar de um sistema político de proteção para um sistema político aberto de representação efetiva das classes, segmentos e interesses. Ou seja: é longo e tortuoso o caminho de transformar a patronagem e o apadrinhamento político, fundados em laços pessoais e de famílias e numa ética da

amizade e das relações, para um sistema onde os indivíduos são representados. Num caso, aquele do Brasil tradicional, o Governo era visto como o "protetor" dos trabalhadores e os seus líderes estabeleciam com a máquina administrativa uma política cuja fisiologia estava fundada na mediação e intermediação da patronagem. Hoje há a possibilidade de esse sistema ser substituído por representações muito mais autênticas e efetivas. Já não se trata de sindicatos com pelegos e patrões, operando de cima para baixo, mas de organizações que buscam (e em muitos casos já funcionam) de baixo para cima, recusando inclusive as lideranças messiânicas cuja militância fica, sempre, na retórica e nunca na ação e moralidade consistentes.



Como é que o índio vê o branco?

O chamado "problema indígena" não escapa a essa regra pois o que temos hoje é nem bem uma proteção, conforme queria a generosidade de Rondon, e nem bem uma representação dos interesses tribais onde quer que se decida sobre áreas onde o grupo tribal vive e tem seus interesses. No meio dessa zona ambígua, onde ninguém pode realizar nada, contentasse a sociedade civil e o próprio Governo de modo mais velado, é lógico, em condenar a FUNAI. Mas se o bode

expiatório é a FUNAI, não se pode esquecer que junto com ela segue o destino de centenas de grupos tribais, situados igualmente nesta zona obscura entre a proteção e a representação. Curioso observar que toda essa energia crítica contra a FUNAI (que bem a tem merecido) jamais tenha sido acompanhada de um projeto para as sociedades tribais no sentido de discutir a criação de estruturas capazes de levar a sério realmente as comunidades tribais como nações dentro de uma nação. E isso só poderia ser realizado quando um Apinayé, ou um Gorotire, ou um Bororo pudesse tomar assento nas Câmaras Municipais e no próprio Congresso Nacional; ou que os interesses destes grupos tribais fosse canalizado — pela FUNAI — para dentro de organizações como o INCRA, por exemplo, que ordenam e estimulam o desenvolvimento regional. Sem pensar nisso como um projeto a ser amplamente discutido, ficamos falando na morte do índio e na demarcação de suas terras como temas únicos. Que eles são fundamentais, eu não tenho a menor dúvida. Mas, para além da morte e da demarcação das terras, há todo o problema da representatividade do "índio" na sociedade brasileira no sentido de que ele tem que ser levado em conta nos projetos de desenvolvimento regional. Há que se pensar alto, como faço aqui, no sentido de imaginar uma mediação efetiva entre o que ocorre no sertão (onde estão as sociedades tribais ou a sua grande maioria) e o que acontece nos corredores do Poder em Brasília, onde fica instalada a FUNAI e onde as grandes decisões que irão afetar o destino dos índios são tomadas. Será que eles não terão o direito de ser ouvidos? E por que não foram sequer mencionados quando se fala de desenvolvimento do Brasil

Central? Até onde ficara a FUNAI como o grande depósito de tudo o que acontece de errado em matéria de sociedades tribais no Brasil? O petróleo era nosso, diziam; mas o "índio" deve ser dele mesmo. E, para tanto, será preciso um gigantesco esforço no sentido de dar voz a quem não tem; e de dar representatividade a quem, até agora, tem sido o último dos indigentes do Estado brasileiro...

Dentro deste quadro de indagações, vale igualmente perguntar: e como esses "índios" tratam eles mesmos essas questões da diversidade e dos conflitos políticos? Eis aqui uma pergunta importante e que raramente tem sido feita pelos nossos indigenistas. Vale dizer: como vêem os índios, de dentro de suas sociedades, o "branco"? Será que o encaram como ser genérico, ou como elemento dotado de diversidades? Será que o vêem como obstáculo e como ser animalesco a ser eliminado? Ou o tomam como algo inevitável, o mal necessário com o qual se tem de conviver?



O mito do menino Auké

Posso falar deste problema porque no meu trabalho com sociedades tribais de língua Jê — estudei os Gaviões e os Apinayé ao longo de muitos anos, tendo sobre eles publicado *Índios e Castanheiros* (Paz e Terra), com Roque Laraia; e *Um Mundo Dividido*

(Vozes), respectivamente — fui dos primeiros etnólogos a me interessar pelos mitos do contato tomando para estudo o ponto-de-vista do índio. Essa antropologia social, que já foi classificada de alienada e distante dos índios é, paradoxalmente, a única que permite deixar o plano chato dos chavões populescos e realmente penetrar nas razões que movem, de dentro, um grupo tribal. Por outro lado, esses Gorotire que estão fazendo as manchetes dos jornais com o recente massacre, pertencem a essa mesma família lingüística de modo que esplanar o modo pelo qual os Apinayé, Kraho, Canela, Gaviões e Krikati vêem o homem branco, ajuda a compreender a perspectiva Gorotire ainda que existam diferenças entre todos esses grupos, sobretudo entre os primeiros e os Kayapó, nome mais geral entre os quais se acham os Gorotire e Xikrin. Vistos pelo lado de dentro, do ponto de partida de seus mitos, não seria — repito — realizar um exercício no vazio de uma antropologia alienada, mas buscar entender realmente as razões profundas que conduziram alguns destes grupos a defender drasticamente o seu território de modo tão radical e, correndo tantos riscos, enfrentar uma sociedade tão esmagadoramente mais forte.

Se para nós o "índio" é um branco atrasado (que não conheceu as chamadas "revoluções tecnológicas" e os "processos civilizatórios" que culminaram na bomba atômica nos campos de extermínio), para os grupos Jê-Timbira (Apinayé, Kraho, Canela e Krikati) e possivelmente para os Kayapó, a concepção é como sempre muito mais generosa. Para eles, o branco é um índio falido, um menino que não conseguiu crescer dentro do grupo tribal e teve, por força do perigo que representava para a sua sociedade, que ser eliminado. O mito tribal, então, conta como Auké (ou Vanmekapran, nome Apinayé do mesmo herói), nasce marcando o dia em que ia nascer. Como ele sai da barriga de sua mãe e tem a capacidade de transformar-se em todos os animais aquáticos. Como ele, após ter nascido de verdade, mete medo em toda a aldeia, transformando-se em onça ou enfeitando seus parentes. Sua morte é decidida porque o menino, como o homem branco que no futuro será transformado, é uma fonte de desordem e de medo, de insegurança e de incertezas relativas ao modo pelo qual o mundo é classificado e ordenado. Nosso herói menino morre várias vezes. Numa delas

tem o seu corpo esmagado pelas bordunas. Mas retorna fagueiro à aldeia. Na outra, é empurrado de uma alta serra, mas consegue transformar-se em folha e novamente volta para amedrontar ainda mais seus patrícios. Finalmente, decidem quebrá-lo com bordunas e queimar o seu corpo. Tudo é feito sem que ele saiba, pois é assim que essas nações tratam seus inimigos mais poderosos e traiçoeiros, como meninos que viram onça e feitiçeiros que matam por egoísmo, traços que todos invariável e inevitavelmente associam aos brancos que conhecem e vivem em contato com suas aldeias. Depois de queimado, o menino tem suas cinzas espalhadas pelo cerrado e nunca mais volta, somente para algum tempo depois ser redescoberto como homem branco, dono de fazenda e proprietário de muito gado e terras. Na sua fazenda, há tudo que faz o nosso poder: policiais; cartórios com máquinas de escrever; padres rezando missas; estoques de mercadorias que acumulamos para vender, jamais para distribuir; cadeias. Se o branco é um só — e é mesmo! Ele surge no mito indígena melhor do que nas nossas ideologias, pois lá sua generalidade é especificada nos seus vários papéis. Há no mito, a verdadeira apreensão da diversidade de brancos que entram em contato com os Jê, bem como um outro elemento muito profundo. A idéia de que o branco só surge quando um índio fracassa enquanto tal. E mais: que são os índios que acabam por inventarem o branco. Mas isso não é tudo. Uma vez descoberto pelos seus patrícios, Auké apresenta a todos um dilema. Ou escolhem a espingarda (que ele traz nas mãos), ou continuam usando arcos e flechas. A escolha é de usar o arco e as flechas. O menino, agora homem branco e poderoso fazendeiro, chora essas lágrimas de crocodilo que fazendeiros e empresários choram quando falam da indigência dos índios ou da preguiça dessa "raça infeliz". Pois o resultado desta escolha de continuar como "índio" é a perda de tudo o que, como brancos, poderiam ter. Por causa disso, termina o mito, irão sofrer, sua redenção apenas podendo chegar se houvesse uma inversão de papéis, tal como já aconteceu em movimentos "messiânicos" entre

esses grupos que foram estudados por Julio Cesar Melatti (O Messianismo Kraho, São Paulo) e por William Crocker em artigos especializados.



O fogo já pertenceu às onças

Impossível, é claro, explorar toda a mensagem do mito aqui. Mas pode-se perfeitamente deduzir, por ele, algumas idéias básicas que esses grupos têm em relação ao branco. Uma delas é a de que uma convivência é possível, mesmo que o branco seja um índio degenerado e que teve que ser morto. Mas se ele é assim tão cruel é difícil de classificar, ele é também um índio que foi cozido pelo fogo, uma transformação misteriosa e quem lhe trouxe poderes. Por outro lado, que tornou possível essa mudança foi a própria sociedade tribal, assim como, no final da história, ela acaba por decidir manter-se como tal. São, pois, os "índios" que decidem manter a diversidade, caso contrário todos seriam brancos. Coisa terrível, mesmo para esses que nós, do cume do nosso evolucionismo, julgamos selvagens, primitivos e atrasados. E são precisamente eles que nos dizem que o diferente é básico, que há no mundo um lugar para todos, mesmo quando o branco traz com sua aparição o sofrimento, a exploração e a hierarquia. Mas, repito são os "índios" que compreendem a importância da diversidade no seu plano mais profundo e humano.

Um outro elemento básico desta explicação é que essa aventura do surgimento do branco aconteceu ali naquela terra habitada pelos Timbira. Não foi em nenhum Jardim do Eden distante no tempo e no espaço que seus mitos ganharam realidade. Mas ali mesmo onde vivem até hoje; e até ontem (quando tinham suas terras) e podiam assegurar-se dessas verdades contadas por suas tradições. Deste modo, nesta mesma terra onde surgiu o homem branco, apareceu também o menino que roubou das onças o fogo, elemento que veio permitir a passagem do reino natural (onde a comida não era cozida, mas seca ao calor do sol) para o reino da sociedade. Foi também ali que a Mulher-Estrela ensinou a plantar, levada pela comovente paixão que teve com um viúvo que por ela se encantou e a fez deixar por algum tempo o céu estrelado onde habitava. Do outro lado onde apareceu essa Mulher-Estrela, no lado do poente, está situada a aldeia para onde vão os mortos com sua fraqueza, sua cor esverdeada e pálida, vivendo naquele mundo onde tudo corre sem sangue, sem paixão e sem vida, tal

como ela é concebida na sua força e plenitude pelos Timbira. Um tanto mais distante, numa serra alta que os Apinayé dizem ficar pelos lados dos Araguaia, esteve vivendo a nação dos Homens-Morcego, tribo com asas e grande crueldade que atacava pelo ar, até que puderam ser destruídos graças à esperteza e lealdade de um menino que com eles conviveu por algum tempo.

Noto que a terra, nesta concepção, não é um objeto distante dos homens. Uma comodidade que se liquefaz em dólares, cruzeiros, libras ou francos; que se vende, destrói, cerca-se e assume mais importância que as relações entre os homens. Nada disso. Nesta ideologia, a terra e as relações sociais (inclusive as relações de produção) se confundem e formam parte de uma só totalidade onde tudo está relacionado com tudo. É, como venho contando, o local onde surgem deuses e anti-heróis, onde o mundo se constituiu como tal. Antes dos homens, a terra não era como é hoje. Foi se fazendo, nas relações que os homens fizeram a terra e foi assim se ligando que eles, pela mesma lógica da totalização e da complementariedade, criaram o seu próprio caráter e a natureza específica de certos animais. É o mesmo que ocorre em certas sociedades camponesas, onde a terra assume um caráter semelhante de um bem perpétuo, jamais passível de troca, venda ou coletivização porque está confundida com a própria história, nome e moralidade de uma família. A rigor não teríamos uma terra, mas um território cuja integridade se confunde com a do grupo que a utiliza e jamais pode explorá-la ou esgotá-la, pois ficaria em dívida com ela e si mesmo. Essa noção profunda de complementariedade que nos grupos de língua tupi se apresenta na forma da "mãe" das águas, das florestas e dos animais e que perdemos; e o mito Timbira do homem branco nos conta com tanta clareza e sabedoria. Nestas sociedades, o homem vive com os animais e com sua terra; jamais contra eles. Tal como no mito contado o branco permanece com o índio, numa espécie de contrato de mútua convivência. Não se trata dessas histórias da Bíblia, onde alguns são condenados e outros salvos. Não. Aqui, há na narrativa um lugar para todos, embora o tema central pareça ser a idéia de um lamentável malogro do personagem central — o homem branco — visto como esse menino irresponsável que falha tantas vezes. Assim, esse menino tão poderoso e tão irresponsável é como nós. Ele tem tudo e domina tudo, pode tudo vender e comprar. Parece não acabar jamais, pois sempre volta mais poderoso e com novas idéias. Mas tudo o que faz ou deixa de fazer parece não ter sentido, alvo, direção moral. É como se o mito estivesse nos dizendo (a nós e aos índios) que o homem branco, como o menino Auké, perdeu aquela sabedoria humana e milenar segundo a qual

para ler e guardar

**CUPOM PEDIDO**

Faça o seu pedido à CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.  
Rua Muniz Barreto, 91/93 - 22.251 - Rio/RJ - Tel.: 286-0797

SIM, quero receber pelo Reembolso Postal os livros:

P-26  P-27  P-28  P-29  P-30

NOME \_\_\_\_\_

END. \_\_\_\_\_

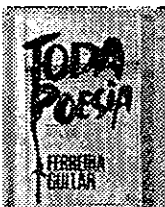
CEP \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_

EST. \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

PREENCHA COM LETRA DE FORMA

P-26 Cr\$ 450,00



**TODA POESIA - 1950-1980**  
Ferreira Gullar  
Sua obra, plena de criatividade, está em sintonia permanente com as aspirações de nosso povo, em sua luta de séculos por uma vida melhor e mais digna.

P-27 Cr\$ 600,00



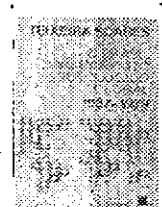
**TEORIAS DA MAIS-VALIA**  
História crítica do pensamento econômico Karl Marx - Livro 4 de O Capital, Volume 1. Constituem o cerne do manuscrito econômico elaborado por Marx entre 1861 e 1863. São fundamentais para a compreensão dos problemas e contradições da economia capitalista.

P-28 Cr\$ 230,00



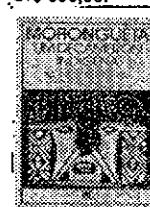
**COLARINHO DE PADRE**  
Jonas Rezende, com prefácio de Rubem Alves. Uma visão dos conflitos de um sacerdote e as instituições religiosas dos quais o colarinho é o símbolo de salvação espiritual, mas também de jugo, opressão, impedimento da ação.

P-29 Cr\$ 360,00



**O BRASIL NO CONFLITO IDEOLÓGICO GLOBAL**  
1937-1979  
Teixeira Soares.  
Tenco como promessa básica que somente uma reatuação sadamente racionalista e democrática permite a prática de uma política externa independente, propõe, neste livro, importantes temas de análise e reflexão crítica.

P-30 2 volumes Cr\$ 600,00



**MORONGUETÁ - Um Decamerão indígena**  
Nunes Pereira.  
2ª edição. É ainda um livro romântico, heróico, tescenino, sarcástico, burlesco e lírico. Um Decamerão cheio de riqueza erótica e do encanto da cultura indígena brasileira.

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua Muniz Barreto, 91/93 - 22.251 - Rio/RJ - Tel.: 286-0797

tudo se relaciona com tudo; que faz mais bem aquele que dá do que o homem que acumula; e que as relações entre os homens é mais importante que os elos que ligam os homens com as coisas.

**Tomar terra de índio é como profanar o Vaticano**

Não fomos, portanto, somente nós que inventamos o "índio" com nossa antropologia e indigenismo. É preciso se dar conta também que eles nos inventaram e nos criaram na perspectiva de um sistema de explicação que vale tanto quanto o nosso. A partir disso, é preciso ainda constatar que a invasão das terras indígenas não diz respeito somente a um ato físico e a usurpação de uma comodidade, um "bem imóvel" que pode ser transacionado comercialmente num mercado. Mas algo assim como a invasão de Jerusalém ou a profanação do Vaticano; ou ainda, a violação dos nossos museus e dos símbolos da nossa nacionalidade. Algo assim como resolver vender os tesouros da Capela Sistina ou todas as bandeiras nacionais tecidas tão patrioticamente com fios de ouro e prata, com aquela devoção que aquilo que nos cristaliza enquanto povo certamente merece.

A invasão de terras tribais é equivalente a isso. Não seria, pois, justo correr o risco de matar quando tal profanação ocorre? Porque foi ali, naquelas terras, que o universo se construiu e foi lá que o branco, ele mesmo, foi inventado. Não como um castigo, mas como um artifício para compreender essa diversidade humana que nos deveria enriquecer e não ser uma fonte de tragédia. Para os "índios" não somos estorvos ou obstáculos. Somos, isso sim, aqueles seres que decidiram juntar tudo, menos a generosidade. Como o menino Auké que não atendia aos apelos dos mais velhos e sempre destruíá, continuamos a evitar tomar a questão indígena como um problema sério e digno de ser equacionado a nível nacional. Enquanto isso não for feito, não é preciso ser um "entendido de índios" para prever mortes e massacres. A tarefa seria, caso tivesse eu maior poder que esse de escrever essas coisas e contar essas histórias, a de criar uma nova mitologia e uma nova FUNAI. Um mito onde não mais teríamos "índios", mas sociedades tribais concretas; um mito onde o esbulho, a destruição e a espoliação das terras tribais tivesse realmente um fim. Um mito onde o índio pudesse ser representado como coletividade singular e plural dentro do órgão cujas decisões pudessem afetar os seus destinos. Finalmente, um mito que faria compreender que "índio" não passa a vida surrucando e brincando na selva como um inocente idiota, mas — como nós — também mata quando suas terras são sistematicamente profanadas e seus direitos violados. Terra de índio é coisa muito mais séria que pensa a nossa vã antropologia. Como me disse um dia o Velho Estevão Krã-Krambrek meu professor e nominador, quando a aldeia de São José foi ameaçada de invasão por um fazendeiro local e eu tremia de medo pela sorte de minha mulher e filhos que ali me acompanhavam: não se assuste não, amanhã eu te levo num lugar onde há uma marca do pé do Sol quando ele andava aqui mais Lua, seu companheiro. É! Porque em terra de "índio", Sol e Lua, Estrelas e animais fazem coisas e falam com os homens. Não tem a ver com esses lotes onde nós construímos fazendas e coberturas elegantes de onde podemos ver o carnaval e o mar, mas não se enxerga mais os homens.